



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DISTRITO FEDERAL

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXXXXX/DF.**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da RG nº. XXXXXXXX SSP/XX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado Condomínio XXXXXXXXXXXX XXXXXXXX/DF, Cep:XXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXXX, (XX) XXXXXXXX, vem respeitosamente à presença da Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXX, NÚCLEO DE XXXXXXXXXXXX**, propor a presente:

### **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**

em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do Registro de Identidade nº XXXXXXXX/SSP-XX CPF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado no Condomínio XXXXXXXXXXXX XXXXXXXX/DF, Cep: XXXXXXXX, demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir delineados:

Preliminarmente, o **Requerente informa que está desempregado** o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos da previsão constante na Lei n. 1.050/60, eis que não pode arcar com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de sua família.



### **DA FUNDAMENTAÇÃO FÁTICO/JURÍDICA**

Primeiramente, cumpre esclarecer, que o Requerente foi proprietário do veículo marca XXXXXXXX, cor XXXXXX, categoria XXXXXX, combustível XXXXXXXX, espécie XXXXXXXXXX, placa XXXXXXXX, chassi XXXXXXXXXX, ano XXXXXX, modelo XXXXXX, renavam XXXXXXXXXX, efetuando o pagamento de todos os Impostos sobre a Propriedade de Veículo Automotores (IPVA), pois o veículo encontrava-se adimplente para com o Departamento de Trânsito – DETRAN/DF, até a data de sua venda.

O Requerente vendeu para o FULANO DE TAL em XX de XXXXXXXX de XXXX o veículo marca XXXXXXXXXX, cor XXXXX, categoria XXXXXXXX, combustível XXXXXXXX, espécie XXXXXXXXXX, placa XXXXXXXXXX, chassi XXXXXXXXXX, ano XXXXXXX, modelo XXXXXX, renavam XXXXXXXXXX, pelo valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX). No mesmo dia o Requerente foi ao Xº Ofício de Notas, Registro Civil, Protesto de Títulos, Registro de Títulos e Domícilios e Pessoal Jurídicas do Distrito Federal, Livro XXXX, Folha: XXX, conforme documento anexo.

Ficou ajustado **entre as partes que o Requerido iria transferir o veículo** para seu nome, sendo-lhe entregue uma procuração pelo requerente, que deu poderes necessários para a transferência junto à autoridade de trânsito, estando o veículo naquela época livre de qualquer ônus ou embargo.

Todavia, em que pese diversas diligências no sentido de compelir o requerido que transferisse o veículo para seu nome, tal providência não se perfez.

Em decorrência da desídia do requerido, vem sendo gerado ao longo do tempo diversos débitos vinculados ao veículo, a Requerente vem passando por diversos constrangimentos em razão das dívidas na Secretaria da Fazenda, uma vez que o bem já consta na Dívida Ativa do Distrito Federal, e que o mesmo já foi objeto de leilão, conforme inscrição nº XXXXXXXXXX, e processo de execução nº XXXXXXXXXX.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DISTRITO FEDERAL

Cumprir destacar que o veículo repassado ao Requerido foi objeto de apreensão pelo DETRAN-DF, tendo sido posteriormente leilado.

Ocorre que o valor do bem leilado foi insuficiente para quitação dos débitos, restando saldo negativo de leilão, razão pela qual o Requerente vem sendo cobrado pelo reatamento da dívida que soma o montante de R\$ XXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX), que decorre de taxas de veículo, licenciamentos atrasados, ou seja, débito oriundo do uso do bem pelo Requerido.

Sendo assim, não logrando êxito a transferência do veículo amigável dos débitos pelo requerido, alternativa não resta a requerente senão provocar a tutela jurisdicional nesse intento.

No que concerne ao direito ora vindicado, cumprir salientar que compete ao comprador, ora Requerido, providenciar imediatamente o pagamento do saldo negativo de leilão do veículo em questão, já que não cumpriu o dever de transferência do bem para o seu nome, segundo se depreende do teor do art. 123, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro:

***Art. 123. (...)***

*§ 1º No caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de trinta dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas.*

Ademais, há que se considerar que a propriedade de bens móveis transmite-se com a tradição, sendo os encargos vinculados ao veículo o tipo de obrigação **propter rem**, ou seja, acompanham a coisa, e não o seu dono.

Assentado que o Requerido tem a obrigação de pagar os débitos, sendo ele responsável por todos os débitos incidentes sobre o veículo, torna-se imperioso constatar que a Requerente tem o correlato direito de exigir o cumprimento da obrigação a cargo do Requerido, podendo demandar a prestação jurisdicional para ver efetivado o seu direito.

Neste sentido tem entendido sua majorada corte que, cabe ao



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
**DISTRITO FEDERAL**

comprador a transferência, conforme resta demonstrado pelo Acórdão abaixo:

*CIVIL. CDC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. VENDA VEÍCULO. **TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN NÃO PROVIDENCIADA. NEGLIGÊNCIA. DANO MORAL CONFIGURADO.** QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. **CABE AO COMPRADOR TRANSFERIR A TITULARIDADE DO VEÍCULO JUNTO AO DETRAN.** 2. A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVE SER FIXADA MEDIANTE PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ, DE ACORDO COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, A GRAVIDADE, A REPERCUSSÃO DO DANO, BEM COMO A INTENSIDADE E OS EFEITOS DA LESÃO. 3. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(20070110129052ACJ, RELATOR ARLINDO MARES, SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, JULGADO EM 25/08/2009, DJ 09/10/2009 P. 168)*

*CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA. DETRAN. OBRIGATORIEDADE. PROPRIETÁRIO. É OBRIGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO ADQUIRENTE TRANSFERIR O VEÍCULO PARA O SEU NOME JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, NO PRAZO FIXADO PELAS NORMAS ORDINÁRIAS, E RESPONDER PELOS DÉBITOS ORIGINADOS APÓS A TRADIÇÃO.** APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.(20050111410492APC, RELATOR ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, 6ª TURMA CÍVEL, JULGADO EM 22/08/2007, DJ 20/09/2007 P. 122)*

## **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requer:

- a) a concessão ao Requerente dos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, do CPC;



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DISTRITO FEDERAL

- b)** A citação do Requerido, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse da Requerente na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;
- c)** que a presente demanda seja julgada procedente, condenando o Requerido ao cumprimento da obrigação de fazer, qual seja, realizar o pagamento do saldo negativo de leilão, que soma o montante de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX), sob pena de pagamento de multa diária a ser fixado por este juízo;
- d)** em caso do não pagamento do valor supracitado pelo Requerido, seja a obrigação de fazer convertida em perdas e danos;
- e)** que o Requerido seja condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer provar o alegado pelos documentos ora juntados, e pela toma do depoimento pessoal das partes em audiência.

Atribui-se a causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX).

Nestes Termos, Pede Deferimento.

XXXXXXXXXS-DF, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**  
*Requerente*

---

**FULANO DE TAL**  
*Advogada Colaboradora*

---



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
D I S T R I T O F E D E R A L

**FULAMNO DE TAL**  
*Defensor Público*